

## **Operação do Gaeco afasta prefeito e cumpre mandados de prisão e busca Criminal**

Postado em: 02/10/2019

O prefeito de Iporã, um dos investigados e alvos dos mandados de busca, foi afastado do cargo e proibido de frequentar a prefeitura por determinação do Tribunal de Justiça.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná cumpre nesta quarta-feira, 2 de outubro, cinco mandados de prisão preventiva e 40 mandados de busca e apreensão no âmbito da operação "Cleptocracia", que investiga atuação de organização criminosa em fraudes a licitações, corrupção passiva, falsidade ideológica e peculato na prefeitura de Iporã, Noroeste do estado. O prefeito de Iporã, um dos investigados e alvos dos mandados de busca, foi afastado do cargo e proibido de frequentar a prefeitura por determinação do Tribunal de Justiça. Prisões - São alvos dos mandados de prisão dois secretários municipais de Iporã (de Obras e de Finanças), um servidor público e outros dois integrantes da organização, apontados como principais colaboradores das fraudes. De acordo com as investigações, iniciadas há dez meses pelo Núcleo de Cascavel do Gaeco e pela Promotoria de Justiça de Iporã, o grupo fraudava procedimentos licitatórios em benefício de empresas que estavam em nome de "laranjas" e que, na realidade, pertenciam ao prefeito e seus familiares. Buscas - Dos 40 mandados de busca e apreensão, 34 foram expedidos pela Vara Criminal de Iporã e são cumpridas em Iporã (22), Curitiba (1), Umuarama (4), Santa Izabel do Ivaí (1), Toledo (1), Marechal Cândido Rondon (2), Palotina (1) e Tapejara (2). As buscas ocorrem em residências, gabinetes em secretarias municipais, empresas e escritórios contábeis. Outros seis mandados foram expedidos pelo Tribunal de Justiça e são cumpridos no gabinete do prefeito de Iporã, em sua residência e em sua propriedade rural, nas sedes de duas empresas e de instituição de ensino. Suspensão de contratos - Também a partir das investigações, o Juízo determinou a suspensão do contrato que 12 empresas investigadas mantinham com a prefeitura, proibindo-as de participarem de novas licitações ou contratações com a administração pública. Leia matéria anterior relacionada às investigações: 14/08 - Prefeito de Iporã e ex-secretário municipal de Finanças são denunciados pelo Ministério Público do Paraná por lavagem de dinheiro entre 1997 e 2001 Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação

(41) 3250-4264